

EDUCAÇÃO e --- TECNOLOGIA



Revista do Instituto Politécnico da Guarda

"EDUCACÃO E TECNOLOGIA"
Revista do Instituto Politécnico da Guarda

DIRECTOR: João Bento Raimundo

REDACÇÃO: Rua Comandante Salvador do Nascimento
Telef. 21634 6300 GUARDA

PROPRIEDADE: Instituto Politécnico da Guarda

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Secção de Reprografia do IPG

N.º 1 / Julho 1987

Reprodução Total ou Parcial Proibida

ESPAÇO DE INFORMAÇÃO E REFLEXÃO

Tudo temos feito para que o Instituto Politécnico da Guarda assuma a sua verdadeira dimensão de pólo dinamizador no contexto sócio-educativo e cultural da região. Para tal, não contam as iniciativas isoladamente, mas enquanto vertentes daquela mesma dimensão.

A informação, encarada a vários níveis, assume importância primordial — no selo do próprio Instituto, retratando a realidade em que se insere, projectando nela a sua própria dinâmica.

Porque existe para servir, o Instituto Politécnico da Guarda quer servir da forma mais adequada — um compromisso entre a realidade que é, a que queremos ter e a que é possível, em função de condicionalismos que tantas vezes transcendem a própria vontade.

Temos igualmente a consciência de que, em matéria de educação e de saber, nunca haverá obra acabada, mas um contínuo fluir; diremos que a obra nasce e, através de múltiplas formas de transformação, cresce.

Para tal é necessário o esforço de muitos, preferencialmente de todos — os que estão verdadeiramente empenhados no progresso e na modernização da sociedade.

Vários são os graus de responsabilidade no processo.

Várias são as formas de influenciar as decisões.

Várias são as estratégias para que se conclua sobre o que deve ser feito e como.

Está criado o espaço aberto de informação, de reflexão, de troca de experiências. "Educação e Tecnologia" é mais uma obra, ou melhor, mais uma vertente da obra que se pretende seja o I.P.G. na sua globalidade.

Professores, alunos e comunidade têm nela o seu espaço. A capacidade para dialogar, a coragem para expressar opiniões, a humildade para ouvir críticas construtivas, a vontade, enfim, para apresentar o melhor, da melhor forma, que pode ser, tão só, o possível, farão de "Educação e Tecnologia" uma verdadeira "obra" de todos.

João Bento Raimundo

Presidente da C.I. do Instituto Politécnico da Guarda

CONFLITOS SOCIAIS E IDEOLÓGICOS NA UNIVERSIDADE NOS PRIMÓRDIOS DO LIBERALISMO PORTUGUÊS

Luis Reis Torgal, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Membro do Conselho Científico da E.S.E.G.

1. O movimento liberal português, em preparação sobretudo desde os inícios do século XIX, acaba por eclodir através do levantamento militar de 24 de Agosto de 1820 que se verifica no Porto. É conhecido entre nós, apesar de se poder questionar sobre a justeza da sua designação, por "Revolução de 1820".

De qualquer forma, pesem embora as contradições do movimento, o certo é que acabou por assumir um carácter liberal-burguês, com as características sui generis próprias da sociedade portuguesa, condicionada ela, por sua vez, pela situação europeia do tempo. É que, se a Revolução de 1820 é em parte um reflexo das ideias liberais francesas e da revolução liberal espanhola do mesmo ano, tem de se compreender igualmente em função das estruturas caracteristicamente agrárias da nossa sociedade e do ambiente burguês-conservador e rural-tradicionalista que se acentuou na Europa sobretudo depois de 1815 e que deu corpo no plano político à Sacra Aliança.

A Revolução de 1820 surge-nos, pois, como um movimento marcado pelo domínio dos juristas, o que é característico das sociedades rurais como era a nossa. Por sua vez, a presença significativa do clero (e mesmo do alto clero), dos professores da Universidade e dos militares denuncia este carácter imperfeitamente burguês. Isto, todavia, sem pôr em causa a importância de uma burguesia urbana, centrada sobretudo em Lisboa, que, a partir de Novembro de 1820, procurou conduzir o movimento num sentido marcadamente liberal.

Seja como for, a verdade é que a grande dificuldade consistiu em realizar as grandes reformas legais que, todavia, ainda foram escritas nos seus princípios, e afinal em transformar uma sociedade ruralista e feudal persistente numa sociedade liberal burguesa, mesmo burguesa-popular, virtualmente "tecnocrática" e capitalista. Esse foi, de resto, o grande problema que percorreu o século XIX português. O testemunho do exilado liberal milanês Giuseppe de Pecchio, em princípios de 1822, reflecte a percepção desta incapacidade produtiva em termos de realizações liberais. Escrevia ele a uma sua correspondente inglesa, depois de se referir a vários aspectos de Portugal:

"Vous devez être étonné de ce que ne vous ai pas encore écrit un seul mot de politique. Mais que pouvais je vous dire, puisque j'ai traversé tout ce royaume

sans avoir remarqué un seul indice de sa régénération? L' ancien édifice est encore debout. On a annoncé, et l'on même solennellement juré que l'on élèverait l'édifice constitutionnel; mais jusq'à ce jour, il n'existe encore que la seul façade de ce monument: je veux dire la constitution". (1)

2. Nesta estrutura social, onde as contradicções são evidentes, o que representa a Universidade? Pode dizer-se, em primeiro lugar, que ela tem um papel fundamental na preparação das elites, da classe dominante e da classe dirigente, razão por que é fundamental o seu estudo. Mas, em Portugal esse papel é, sem dúvida, ainda mais significativo que noutros países da Europa, sobretudo na França, pois a Universidade de Coimbra — a única existente então no nosso território — desempenhava uma função dominadora, quase exclusiva, nessa formação. Para melhor nos apercebermos dessa realidade, e da estranheza que provocava em alguns estrangeiros, ouçamos o testemunho do francês Adrien Balbi, que nos deixou uma das mais profundas e completas análises da sociedade portuguesa do tempo. Referindo-se à importante reforma "iluminada" levada a efeito pelo Marquês de Pombal, escrevia:

"Le lecteur français trouverá peut-être singulier que l'on donne ce degré d'importance à la régénération de l'université de Coimbre, qui eut lieu en 1772; mais le nom de l'université, si éclipsé à Paris dans les derniers temps par l'éclat des compagnies savantes de cette capitale, a une tout autre signification, une tout autre importance en Portugal. Cette école des sciences professionales (que l'on me permette ce mot), est unique dans la monarchie. Tout magistrat et avocat, tout évêque et grand dignitaire de l'église, tout médecin doit y avoir reçu son éducation; et, ce qui fera peut-être sourire la nation militaire par excellence, les degrés en mathématique confères par cette université, sont, en vertu d'une loi, des moyens de s'avancer dans l'armée, et d'être préféré à ses camarades".(2)

Agora, caracterizando mais concretamente a estrutura da Universidade de Coimbra durante o triénio liberal de 1820 a 1823, pode dizer-se que — apesar da referida reforma pombalina ter procurado reforçar o seu carácter "público" e "régio", a ter orientado num sentido galicano, abrindo as portas à sua laicização, e ter relevado a sua perspectiva científica matemático-naturalística e "prática", criando assim concepções potencialmente tecnocráticas, e apesar das concepções liberais que se foram instituindo no plano legal — conservou as características de uma universidade de "Antigo Regime". Manteve uma estrutura "corporativa-senhorial" — detinha o poder centralizador corporativo do ensino, o seu foro privado e a fazenda própria. E sobreviveu nela a sua tradicional dimensão "eclesiástica" — os cerimoniais religiosos e os juramentos dogmáticos de docentes e estudantes mantiveram-se; os colégios, verdadeiras estruturas de defesa de uma certa ordem sócio-religiosa e moral, conservaram-se; continuaram no seu âmbito a atribuir-se conezias e outros benefícios eclesiásticos; os professores e opositores clérigos eram ali ainda em grande número — cerca de 50%, sendo

1) *Lettres historiques et politiques sur le Portugal*, Paris, s.d., pp. 3-4.

2) *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve*, t.II, Paris, 1822, p. CCCXXXVII.

aproximadamente 30% das ordens religiosas e militares; o Reitor_Reformador, nomeado pelo Governo, continuava a ser um alto dignitário da Igreja, e o Cancelário, cargo simbolicamente importante no seio da instituição, era ainda o Prior-Geral do mosteiro dos cônegos regrantes de Santa Cruz, considerado uma espécie de casa-mãe da Universidade de Coimbra.

Neste contexto, a Universidade procurava essencialmente reproduzir uma ideologia conservadora, mesmo tradicionalista. Poucos dos seus professores procurarão fugir à regra e a introdução das ideias liberais no seio da instituição tornar-se-á difícil. No entanto, até por reacção a esta estrutura corporativa e conservadora, surgirão, sobretudo no seio dos estudantes, movimentos contestatários, que representam outras formas de ideologia. Vamos, pois, procurar caracterizar os movimentos que se verificam no seio da Universidade neste período de transição.

3. Os conflitos tradicionais das universidades de "Antigo Regime" continuam evidentemente a verificar-se no âmbito da instituição conimbricense após a reforma pombalina e no decorrer dos três anos da instauração do primeiro liberalismo. Trata-se de conflitos que têm subjacentes problemas de precedências e de privilégios de pessoas ou grupos. Um desses tipos de conflitos passa-se com as corporações religiosas que gravitam à volta da Universidade ou mesmo que afirmam uma situação de relevância no seio da instituição. Estes revestem, porém, aspectos novos quando neles intervém o Estado ou a autoridade universitária e quando se verifica uma tentativa de reforma das estruturas existentes. Assim aconteceu, como se sabe, com a expulsão dos jesuítas, no tempo de Pombal, da Universidade e do Colégio das Artes (a instituição por excelência para o acesso à Universidade), que revela sobretudo o desejo de criar uma universidade "régia", em que o ultramontanismo desse lugar a uma concepção galicana. A ligação da Universidade ao Estado seria, aliás, uma directriz essencial na dinâmica político-educacional iluminista e liberal.

Mas, outras ordens religiosas continuavam a dominar a vida universitária, suscitando conflitos ou preocupações por parte daqueles que tinham da escola uma visão até certo ponto diferente. É o caso dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, a que o Vice-Reitor, o esclarecido matemático Monteiro da Rocha, numa carta de 1800 ao Reitor, D. Francisco de Lemos, o obreiro da reforma de Pombal, chama "os fantásticos bispos de Sansão" (Sansão é o local de Coimbra onde fica situado o mosteiro agostinho e a alusão irónica pretende criticar o seu poder)⁽³⁾. Por outro lado, o mesmo Monteiro da Rocha manifestava-se contra a interferência das ordens religiosas no seio das faculdades de Matemática e de Filosofia, que constituíam as duas novas faculdades de criação pombalina.⁽⁴⁾

Durante o triénio liberal, a ideia de afastar do magistério os membros das ordens religiosas e mesmo de laicizar a escola, destruindo os seus órgãos eclesiais, torna-se uma ideia mais aberta e é defendida mesmo por certos professores liberais. É o caso do lente de Filosofia de Coimbra, José de Sá Ferreira Santos do Vale que, curiosamente, fora eremita calçado de santo Agostinho, tendo ocupado mesmo o lugar de reitor do seu colégio. Os conflitos

3)Cfr. carta de 13 de Fevereiro de 1800, in *O Instituto*, vol. 36, p. 374.

4)Vide carta de Monteiro Rocha in *O Instituto*, vol. 36, p.510

entre os clérigos e, sobretudo, as posições de leigos e de ex-clérigos acabaram por virar-se, por inspiração iluminista e liberal, para posições renovadoras das estruturas universitárias.

Portanto, este tipo de lutas apesar do seu carácter tradicional, assume formas novas e acompanha o movimento de laicização da Universidade que — como dissemos — é um fenómeno em aberto sobretudo depois da reforma pombalina.

4. Mais revelador de novos movimentos sociais e ideológicos é o conflito que poderemos denominar — utilizando uma expressão kantiana ⁽⁵⁾ — por "conflito de faculdades". Os juristas poderiam defender — e não aconteceu isso com a generalidade dos professores de Direito Civil e de Direito Canónico, de formação e prática tradicionalista — uma nova forma legal de conceber a sociedade, contrária à concepção "feudal" e corporativa do "Antigo Regime", e defensora da liberdade, da propriedade privada e de um Estado promotor dos interesses da burguesia, mas mais dificilmente seriam capazes de interpretar uma intenção desenvolvimentista e tecnocrática, que era melhor sentida pelos "cientistas", mesmo por aqueles que não manifestavam ideias liberais. Daí que se desenvolva no seio da Universidade, e fora dela, uma discussão em volta da primazia das "faculdades", contestando certos sectores a sobrevalorização concedida às ciências teológico-jurídicas em desprimor das ciências matemático-naturais, concebidas estas como ciências "práticas", postas ao serviço da agricultura, da indústria, do comércio, da navegação, da saúde pública.

Esse conflito vêmo-lo claramente definido nas posições de alguns professores da área científica da Universidade. É o caso de Francisco Soares Franco, professor de Medicina, deputado liberal particularmente interveniente e autor de um dos mais avançados projectos globais sobre educação. Outros médicos — como Solano Constâncio, formado em Edimburgo e emigrado em Paris, ou Rebelo de Carvalho, bacharel-estudante em Coimbra —, e Cientistas — como o físico-químico Mousinho de Albuquerque — revelam essa mesma tendência, que de resto se alarga mesmo a alguns juristas de tendências políticas mais radicais ou cuja ligação ao poder lhes dava uma consciência mais exacta do subdesenvolvimento sócio-cultural e económico do país. De resto, a ciência jurídica entre episodicamente num processo de crise — mesmo alguns juristas liberais avançados não deixam, eles próprios, de a contestar, sobretudo na sua prática, pelo que defendem arreigadamente a instituição dos jurados, que entendiam como uma forma "popular" de administrar o direito. É o que se verifica, por exemplo, com o desembargador Borges Carneiro ou, como veremos, com alguns estudantes de direito.

Este "conflito de faculdades", em aberto também depois da reforma pombalina — o que parece confirmar a interpretação de pensadores marxistas como Nicos Poulantzas, para quem o "absolutismo esclarecido" era já

5) Vide *Der streit dea fakultäten*. Pode consultar-se a edição francesa *Le conflit des facultés. En trois sections*. 1798, V.Vrin, Paris, 1973.

considerado um estúdio capitalista e pró-burguês⁽⁶⁾ — não se realizou, porém, com clareza, na nossa sociedade, através de uma vitória da Ciência e da Técnica. Sociedade rural, apesar do golpe desferido contra a sua estrutura feudal, depois de 1834, manteve-se ao longo do século XIX, o domínio dos juristas, desenvolvendo-se sempre de forma incipiente, apesar de algum dinamismo de certos momentos, uma economia capitalista comercial e industrial, que teria de contar com gestores e técnicos abalizados. Não foi geralmente nas faculdades de Matemática e Filosofia, inicialmente instaladas para os formar, que se veio a forjar esse corpo de homens "práticos". No entanto, saíram dessas faculdades, e também da Faculdade de Medicina, professores e diplomados que nos anos 30 e 40 lutaram em Lisboa, com a oposição institucional de Coimbra, pela instauração de um ensino técnico-científico, que se veio a criar, vindo mesmo alguns a ocupar as cátedras dos novos estabelecimentos politécnicos.

Portanto, poderá dizer-se que, se o ensino jurídico de Coimbra representa a tradição, surgiram no seu âmbito diplomados que levarão a efeito as grandes reformas instauradoras de uma ordem liberal-burguesa. Mas, a visão desenvolvimentista foi sobretudo assumida por cientistas, que, todavia, só muito parcialmente puderam contribuir para alterar as estruturas predominantemente rurais da nossa sociedade.

5. O "conflito de faculdades" revela-se, pois, no seio das estruturas docentes universitárias e, fora delas, no âmbito das posições de certos cientistas, como um apelo ao desenvolvimento da Ciência e da Técnica, e como uma crítica mais ou menos velada ou aberta à sobrevalorização da teologia e do direito — Soares Franco, por exemplo, considerava ser um dos defeitos do nosso ensino "desprezarem-se geralmente as ciências matemáticas e físicas, perdendo-se todo o tempo no estudo das línguas antigas e das ciências eclesiásticas"⁽⁷⁾ — e manifesta-se, de forma menos perceptível, também na vontade de um enriquecimento de capital científico e na luta pelo poder político por parte dos cientistas, poder este que era sobretudo apanágio do sector jurista. Mas, o referido "conflito" afirma-se, por outro lado, na área estudantil, mais radical nas suas posições, no âmbito de uma crítica, mais contundente à ordem político-social do país e à estrutura universitária dominante. O seu sector mais militantemente activo, originário de uma média e alta burguesia e, em certos casos até, aparentado com uma fidalguia conservadora, que contestava, formado nas concepções revolucionárias francesas e italianas, participante activo em sociedades culturais e lojas maçónicas e em movimentos conjunturais que em Coimbra se verificaram antes e depois de 24 de Agosto de 1820, vai assumir

6) Vide *Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste*, Maspero, Paris, 1968. Na ed. portuguesa, *Poder político e classes sociais*, Portucalense Ed., Porto, 1971, vol.I, pp. 192 ss.

7) Projecto de lei sobre a instrução pública geral, de 18 de Janeiro de 1823, apud Aura Adão, *A criação e instalação dos primeiros liceus portugueses*, Instituto Gulbenkian da Ciência, Oeiras, 1982, p. 239.

uma posição, por assim dizer, burguesa-popular no debate político português. Assim, toda a crítica que se desenvolve contra os estudos e os professores de Teologia e de Direito, e contra o seu domínio no seio da orgânica universitária, procura, pois, pôr em causa as estruturas do Poder vigente, ao mesmo tempo que se desdobra num apelo ao desenvolvimento das ciências ligadas à economia, dinamizadoras da riqueza dos povos. E, concretamente, a crítica ao direito vigente supõe sempre a ideia de que ele constitui um complicado artifício ao serviço dos interesses da classe dirigente e contra os interesses populares, que urgia, portanto, transformar, numa prática simples em prol da justiça. Escrevia o estudante-médico Rebelo de Carvalho: "Precisamos que a massa geral da Nação tenha mais ou menos Luzes (segundo a diversa condição dos indivíduos) acerca dos direitos dos cidadãos governantes. Nisto consiste toda a ciência do Direito, e não nessas cabalísticas doutrinas que estão em voga. Precisamos que o estudo das Leis da Natureza se vulgarize para o avanço das Artes, da Agricultura e do Comércio" (8).

Neste contexto sócio-ideológico vemos afirmarem-se um conjunto de ideias que procuravam, por assim dizer, "virar a sociedade", não se limitando, pois, a simples reformas formais de tipo liberal-burguês. Afirmando-se sempre como defensores dos interesses populares e manifestando mesmo a sua simpatia republicana, estes estudantes vão, pois, nos seus jornais de combate, lutar por uma justiça ao serviço do povo, e com o povo, através da organização do sistema de jurados — "Os lavradores, os negociantes e artistas, e os Cidadãos enfim das classes úteis e prestadias, sabendo ler, e não de sorte alguma os processistas, são os que devem tomar lugar entre os juízes do povo", escreviam os irmãos Passos, estudantes de direito, no seu jornal sintomaticamente intitulado *Amigo do Povo*; (9) vão defender um ensino "prático", que assenta na base fundamental das escolas de primeiras letras, que constituem (a seu ver) o grande instrumento ao serviço da igualdade — seriam (afirmava Rebelo de Carvalho) "obrigados a ir nelas receber uma educação comum os filhos de todos os cidadãos, o Povo Português.

Aí os do pobre, do rico, do artista, do lavrador, do sábio, do cavalheiro, do fidalgo, irão aprender na entrada para a sociedade, a reconhecer-se iguais entre si, sentando-se indistintamente nos mesmos bancos, ouvindo as mesmas doutrinas e a ver que só por a diferença" de talentos e dos costumes pôde haver entre os homens diferença" (10); vão exigir a responsabilidade dos governantes e lutar contra os seus vícios — escrevia o estudante de Leis, Moura Coutinho, "Eu tenho horror à pena de morte e condeno todos os Filósofos que pretendem demonstrar a sua justiça; mas, se eu fazendo algum Código, fosse obrigado a decretar a pena de morte, esta só cairia nos ministros prevaricadores" (11); vão

8) *O Censor Provinciano*, n.º 6, Coimbra, 11.1.1823, p. 84.

9) *O Amigo do Povo*, n.º 1, Coimbra, 3.5.1823, p. 10.

10) *O Censor Provinciano*, n.º 8, Coimbra, 25.1.1823, pp. 114-115.

11) *Minerva Constitucional*, n.º 3, 8.3.1823, p. 44.

lutar contra a acumulação de cargos, contra os benefícios e situações de privilégios. Enfim, os estudantes manifestavam-se favoráveis a um liberalismo avançado, que se realizaria, pelo menos, através da concretização dos princípios consagrados na Constituição de 1822. Sem isso o "liberalismo" seria uma palavra vã que as classes populares não compreenderiam. "O melhor meio de radicar no coração do Povo o santo sistema da Liberdade — afirmavam os irmãos Passos, tendo como referência a revolta contra-revolucionária de Trás-os-Montes de Fevereiro de 1823 — é instruí-lo de seus augustos direitos e fazer-lhe conhecer que o governo é constituído em favor dos muitos que obedecem, e não de sorte alguma dos poucos que mandam. Nas 4 Províncias do Sul, como o Povo estava reduzido à última desgraça, as classes opressoras já não continuam a devorar o fruto do seu trabalho, todos estão prontos a sacrificar a vida pela Liberdade. Não acontece porém assim nas duas províncias do Norte, e muito particularmente na de Trás-os-Montes. A Lei dos Forais foi para elas de pouca utilidade. E se exceptuarmos a extinção das ordenanças, das coudelarias, e das portagens, as duas províncias não têm sentido vantagens tão reais. A liberdade de Imprensa interessa mais proximamente aos escritores; a tolerância do culto aos estrangeiros; o habeas corpus a todo o Povo, mas mesmo assim é preciso explicar-lhe o quanto tem d'augusto direito tão sagrado. A instituição dos Jurados interessa a todo o Povo, mas por ora apenas os temos em Liberdade d'Imprensa, o que não é tão directamente a favor do Povo. Os Desembargadores e Juizes cometem mais absolutas do que nos calamitosos tempos do defunto Despotismo. O Povo está oprimidíssimo (12). "Constituição ou morte" — era, por isso, o seu grito de combate (13).

Este sector académico constituiu, pois, no seio da Universidade portuguesa, conjuntamente com alguns jovens recém-licenciados e doutores, a área mais revolucionária, que rompia com uma instituição pautada pelo conservadorismo. Uns, porém, acabarão por se integrar no "sistema" e, embora defensorés do liberalismo, instalar-se-ão em concepções mais moderadas, enquanto outros perder-se-ão nos caminhos dramáticos dos anos que se seguiram, sendo destruídos ou retirando-se da luta política. Porém, alguns, como é o caso dos irmãos Passos e de Garrett, os homens do Setembrismo, representarão nos anos de instauração do liberalismo, depois de 1834, a herança mais pura do liberalismo da Revolução de 20.

6. Em conclusão:

Conflitos sociais e ideológicos sentiram-se no seio das elites universitárias de Coimbra, conflitos que são por assim dizer, representativos da dialéctica do país nos primórdios da época liberal. Eles são, com efeito, reveladores das grandes tendências, das clivagens e das travagens que se operam

12) *O Amigo do Povo*, n.º 4, Coimbra, 24.5.1823, pp. 54-55.

13). *O Amigo do Povo*, n.º 3, 17.5.1823, pp. 33-40.

na sociedade portuguesa. Conservadorismo institucional, entrecortado, todavia, por algumas modificações, reveladoras de um reformismo a que "absolutismo esclarecido" abriu as portas, e dinâmica de mudança, no domínio legal, mas nem sempre acompanhada por uma marcada concepção revolucionária de transformação material de estruturas — são afinal as contradições de uma sociedade de "Antigo Regime" fortemente enraizado, que dificilmente ultrapassa e supera as condições senhoriais-agrárias, em direcção a novas estruturas económico-socialmente burguesas ou burguesas-populares.